

## BOLETIM 620

Brasília, 3 de agosto de 2018

# Negociações em 2018: patrões tentam impor reforma trabalhista

Levantamento feito pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a partir do Sistema de Acompanhamento das Informações Sindicais (Sais), indica do total de 113 acordos coletivos fechados, foram identificadas 237 cláusulas relacionadas à reforma trabalhista.

Em 78% dos acordos negociados, os sindicatos garantiram ganhos reais acima da inflação, no entanto, as cláusulas sociais foram brutalmente atacadas pelo empresariado. Direitos antes garantidos, como intervalo intrajornada, local de homologação da rescisão, custeio sindical, banco de horas e horas in itinere, voltaram com força à mesa de negociação.

“Apesar da resistência da luta sindical para barrar a nova legislação, como nos casos de homologação sem a participação do sindicato, é possível perceber que os empresários estão levando para a negociação propostas de retrocessos que em anos anteriores não eram discutidas”, avaliou o Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. E completou: “Eles criam novas regras permitidas pela reforma e isso faz com que os sindicatos tenham de focar a luta na garantia de direitos que estão sendo rebaixados e



não em avanços, como ocorria antes da reforma de Temer”.

**Ganho real** - O Dieese ainda aponta que, apesar da ofensiva do patronato, no primeiro semestre de 2018, 78,8% dos reajustes salariais tiveram ganhos reais, 11,6% conseguiram a recomposição da inflação do período e 9,5% ficaram abaixo da inflação. O Departamento lembra que o melhor resultado alcançado foi em 2012, com 93,3%.

Segundo o Diretor Técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, apesar de não ser um dos desempenhos mais altos do último período – o melhor foi em 2012, com 93,3% -, é um resultado favorável e mostra a luta do movimento sindical para garantir reajustes mesmo diante da longa recessão econômica.

**Demissão por acordo** - O levantamento também mostra o número de demissões por acordo desde novembro de 2017, quando entrou em vigor da reforma. Foram 82.984 acordos em que o trabalhador não tem direito ao seguro-desemprego, recebe metade do aviso-prévio (em caso de indenização), e apenas 20% da multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de só conseguir acessar até 80% do FGTS. Em 2018, os acordos deste tipo somaram 13.236.

Fonte: Portal Vermelho



## Projeto suspende portaria do governo que regulamenta pontos da reforma trabalhista

O deputado Bebeto (PSB-BA) apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 957/18, que suspende uma portaria do Ministério do Trabalho, editada em maio, que regulamenta pontos da reforma trabalhista (Lei 13.467/17). A norma trata do contrato de trabalho para trabalhadores autônomos e intermitentes.

O Congresso Nacional pode suspender a execução de atos, como portaria e resoluções, que extrapolam o poder regulamentar do governo.

Segundo o deputado, a Portaria 349/18 invade as competências do Congresso Nacional, pois cria obrigações e limita direitos trabalhistas, o que só pode ser feito por lei.

“Os atos normativos do Poder Executivo buscam primordialmente explicitar a norma legal a ser observada pela administração pública”, disse Bebeto. “Quem detém a competência para legislar sobre direitos e deveres é o Poder Legislativo.”

O governo alega que a portaria ministerial foi editada para esclarecer pontos da reforma trabalhista.

O projeto será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois segue para o Plenário da Câmara.

*Fonte: Agência Câmara*

## Reforma trabalhista e o custo para a economia e a Previdência

A economista Laura Carvalho, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, destacou em artigo publicado nesta quinta-feira (2) na Folha de S.Paulo estudo do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Cesit) que previu um cenário de perda de R\$ 30 bilhões ao ano na Previdência Social com o impacto da reforma trabalhista do governo de Michel Temer.

Segundo o Cesit, essa perda na arrecadação resultaria de um cenário de pejetização intensa (20%) e formalização tímida (5% dos conta própria e 5% dos sem carteira). O aumento da arrecadação para a Previdência também foi previsto pelo estudo considerando que a reforma trabalhista estimularia a formalização.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados na terça-feira (31), constataram o oposto, mostra Laura no artigo: Em comparação ao primeiro trimestre de 2017, a informalidade cresceu 3,5% em 2018 enquanto neste mesmo período houve queda de 1,5% nos postos com carteira assinada no setor privado, apontou o instituto.

“A substituição dos postos de trabalho formais por informais vai na contramão do que previam muitos defensores da reforma trabalhista. A hipótese básica desse tipo de reforma é que, ao flexibilizar as regras dos

contratos de trabalho e reduzir os custos com a mão de obra, a formalização seria estimulada”.

Laura opõe estudo do banco Credit Suisse, divulgado segunda-feira (30) pelo jornal O Estado de S. Paulo, à crença dos que interpretaram o aumento da informalidade como o primeiro sinal de recuperação da economia. “ (segundo esse estudo) a recuperação dos empregos informais só antecedeu a dos empregos formais em duas ocasiões (nos anos de 1999 e 2003)”. O Credit Suisse examinou seis crises da economia desde 92.

“A reforma trabalhista não parece ter mudado essa história. Ao prejudicar o poder de negociação dos trabalhadores, pode estar reforçando a estagnação dos salários e contribuindo para frear a recuperação do consumo das famílias e do nível de atividade econômica”, avaliou.

Segundo o IBGE, o rendimento médio e da massa de rendimentos não se alteraram desde o ano passado. Entre abril e junho deste ano o rendimento médio foi estimado em R\$ 2.198. Continua o mesmo valor em relação ao trimestre anterior e não se altera quando comparado ao mesmo período de 2017, descontada aqui a inflação.

Ainda no que se refere aos cenários que medem o impacto da reforma trabalhista na arrecadação da Previdência Social Laura conclui: “Infelizmente, os últimos anos têm sempre dado razão a quem trabalha com os piores cenários. Para grande sofrimento dos mais pobres e socialmente mais vulneráveis”.

*Fonte: Portal Vermelho*



## Temer realiza desmonte tácito da fiscalização do Trabalho, diz sindicalista

Na terça (31), por exemplo, o jornal “O Globo” publicou reportagem afirmando que quatro operações de combate ao trabalho escravo, planejadas em sigilo nos últimos meses, “correm o risco de não serem deflagradas por falta de estrutura de fiscalização”. Segundo a matéria, “as ações esbarram em questões operacionais básicas, como a falta de passagens aéreas para as equipes que fazem o trabalho de campo”.

Este é mais um sintoma de que a estrutura de fiscalização do Ministério do Trabalho está sofrendo uma desestruturação sistemática. A cada dia surge uma nova informação negativa sobre a





falta de condições para que os auditores possam desenvolver adequadamente os seus encargos profissionais.

A Agência Sindical falou com Rodrigo Iquegami, presidente da Delegacia Sindical de São Paulo do Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho). De acordo com o sindicalista, "há um desmonte tácito da fiscalização do Trabalho".

"O contingenciamento de despesas, que compromete a estrutura de funcionamento geral da Pasta, é ainda maior em relação às ações de autuação. O sucateamento do nosso trabalho acontece em praticamente todas as esferas. Há supervisões estaduais interditadas, os grupos nacionais, como o Grupo Especial de Fiscalização Móvel, não têm acesso a recursos básicos", denuncia.

Rodrigo Iquegami aponta que, atualmente, o número de fiscais é o menor dos últimos 20 anos. "O pior de tudo é a falta crônica dos auditores- fiscais. Para atender aos padrões da Organização Mundial do Trabalho (OIT), precisaríamos ter o dobro do número atual", explica. "Hoje somos cerca de 2.100 , quando, no passado, chegamos a ser 3.200", comenta.

O diretor do Sinait alerta que, em cerca de três ou quatro anos, o sistema de fiscalização do Ministério do Trabalho pode se inviabilizar. "O colapso é iminente. Há um grande número de auditores que estão próximos à aposentadoria, uma vez que a maiores deles fez concurso na década de 1990. Não vejo nenhum indício de vontade política do governo em abrir concurso, parece que o que querem é o desaparecimento da fiscalização", completa.

*Fonte: Agência Sindical*

## **Proposta define limites para acordo extrajudicial entre patrão e empregado**

A Câmara analisa o Projeto de Lei 10574/18, do deputado Patrus Ananias (PT-MG), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43) para definir que o acordo extrajudicial deve servir para a resolução de conflitos que surgirem na relação de trabalho.

Segundo Patrus Ananias, a reforma trabalhista aprovada no ano passado (Lei 13.467/17) abre a possibilidade de que Justiça do Trabalho seja utilizada sem limites para se obter eficácia liberatória imediata para cada parcela trabalhista que tiver que ser paga. Para ele, isso é um contrassenso, já que um dos propósitos daquela reforma era o de desafogar o Judiciário.

"O acordo extrajudicial é uma forma alternativa de solução de conflitos que surgirem entre empregado e empregador, não uma forma de obter eficácia liberatória pela via judicial para encargos trabalhistas normais e rotineiros, como férias e rescisões", disse o autor da proposta.

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

*Fonte: Agência Câmara*



## Confirmado para dia 30 leilão de quatro distribuidoras da Eletrobras

O BNDES confirmou o leilão de quatro distribuidoras da Eletrobras para o dia 30 de agosto. Pelo cronograma divulgado no dia 1º pelo banco, serão leiloadas as distribuidoras: Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre), Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), Boa Vista Energia – distribuidora de energia em Roraima –, Amazonas Distribuidora de Energia (Amazonas Energia).

Já o leilão da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) continua suspenso devido a uma decisão judicial do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que impediu a venda da companhia, após ação movida pelo governo de Alagoas.

Pelo cronograma, após o leilão, o novo contrato de concessão deverá ser assinado entre os dias 31 de outubro e 5 de dezembro. Esse prazo máximo está apenas a 25 dias do prazo final autorizado pelos acionistas da Eletrobras como limite para que a estatal continue operando as distribuidoras como designada.

*Fonte: Agência Brasil*



## **Dirigentes do Sindicato de Brasília visitam CONTRICOM**

O presidente do STICOMBE (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brasília), Raimundo Salvador, e o Tesoureiro da entidade, Ademar Fernandes, fizeram uma visita nesta sexta (3) à sede da CONTRICOM, quando foram recebidos pelo presidente Altamiro Perdoná e o secretário-geral da Confederação, Miraldo Vieira (*foto*). Na ocasião, os sindicalistas abordaram vários assuntos de interesse dos trabalhadores e das organizações sindicais, especialmente as dificuldades junto ao patronato nos acordos e convenções coletivas após a vigência da “reforma” trabalhista e a questão da sustentação das entidades laborais. A reunião discutiu estratégias e soluções diante do novo quadro de dificuldades enfrentado pelo movimento sindical.

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**